

Maria Regina de Mongiardim

Doutora em Relações Internacionais

Investigadora do Instituto Oriente, ISCSP, Universidade de Lisboa

Instituto do Oriente
ISCSP – Universidade de Lisboa

WORKING PAPER N. 01/2018

RELAÇÕES PORTUGAL-CHINA

Uma Parceria Ocidente-Oriente para o Séc. XXI

Julho, 2018

Any opinions expressed here are those of the author(s) and not those of IO. Research published in this series may include views on policy, but the IO itself takes no institutional policy positions.

Orient Institute (IO) is a research unit of the Institute of Social and Political Sciences (ISCSP) of the Universidade de Lisboa (ULisboa). Founded in 1989, it contributes to the scientific development in the field of Asian Studies through a multidisciplinary approach, provided by the diversity of the researcher's backgrounds, from anthropology to international. IO Working Papers often represent preliminary work and are circulated to encourage discussion. Citation of such a paper should account for its provisional character. A revised version may be available directly from the author.

1 – Introdução

De todos os países ocidentais, Portugal é o único que tem com a China os contactos mais antigos e ininterruptos. O primeiro trato entre os dois países foi estabelecido em Malaca, em 1509, e, em 1513, já comerciavam no delta do Rio das Pérolas, atual Cantão.

Ao longo destes mais de cinco séculos de história, as relações entre Portugal e a China têm-se pautado pelas trocas, pela interlocução e pela serenidade. Um convívio frutífero entre dois países longínquos, apesar das respetivas assimetrias territoriais, demográficas e de poder, e das enormes diferenças civilizacionais, culturais e ideológicas; e uma serenidade que marcou o diálogo nas suas relações bilaterais, imbuídas de acentuado realismo e não diminutas cautelas. As relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China foram, entretanto, restabelecidas pelo regime democrático português em 1979.

Macau não foi uma possessão colonial, o que explica o facto de o território nunca ter sido invadido pelo Exército Popular de Libertação da China, durante os cerca de trinta anos do passado século, em que Salazar e Mao Tsé-Tung, nos antípodas em matéria ideológica, protagonizaram a liderança política dos respetivos países e a sua coexistência na Ásia.

As negociações para a devolução de Macau à soberania chinesa, ao contrário de Hong-Kong, foram exemplo de um diálogo construtivo e um contributo para a visão de Pequim, de médio e longo prazo, sobre o que o território poderia significar para o processo de desenvolvimento e internacionalização da China, tirando partido da coeva experiência multicultural, da tolerância das respetivas autoridades e dos frutíferos contactos entre comerciantes e jesuítas portugueses, que ali se foram fixando ao longo dos séculos.

Tudo isso explica o facto de Macau ter representado, na transição do século XX para o século XXI, especialmente para Pequim, uma encruzilhada cultural, social, económica e política, uma janela de oportunidades na fixação de prioridades negociais, e um instrumento do *soft power* da China, assim como um legado histórico para Portugal, de cuja narrativa ainda se não divorciou, apesar do rompimento com o antigo regime colonial e das suas atuais responsabilidades no seio da UE. Um legado histórico que, presentemente, assume uma dimensão política, cultural e geoestratégica, e que é esgrimido

nos vários *fora* internacionais, como instrumento de valorização do País e fio condutor das suas prioridades estratégicas em política externa.

Para a China, Macau tem sido uma rampa de lançamento para o exterior e um factor da penetração chinesa, através da língua portuguesa, em regiões do mundo tidas como prioritárias, em que pontuam os países lusófonos reunidos na CPLP, quer no que toca ao acesso a fontes de recursos energéticos, minerais e outros, quer no que respeita à expansão do seu comércio e internacionalização das suas empresas. Como rampa de lançamento da China para o exterior, Macau tem permitido, também, vencer as resistências ideológicas e securitárias à expansão chinesa, tanto de países vizinhos na região da Ásia-Pacífico, como das grandes potências ocidentais (EUA e UE) com interesses globais e, especificamente, noutros continentes onde concorre com a China, como a África e a América Latina.

A serenidade no diálogo luso-chinês tem presidido, ainda assim, à atitude expectante de Portugal para com o desenvolvimento e os progressos da China na dinâmica da vida internacional, fazendo deles um diagnóstico positivo e construtivo, bem aquém de algum catastrofismo em que assenta o pensamento de alguns líderes políticos, de certos estrategas e peritos das relações internacionais ocidentais, ou de determinados sectores da opinião pública. Assinale-se as declarações de Trump, em que reiteradamente titula a China como inimiga dos EUA. Enquanto membro da UE, e no seu seio, Portugal tem adoptado uma política mais dúctil para com a China, do que muitos dos seus parceiros, apesar dos contenciosos políticos (DH's, Taiwan, Tibete e embargo de armas) e comerciais existentes (legislação anti-dumping, anti-subvenções e concorrência desleal). Reconhecendo, embora, as razões que assistem à UE no que respeita às regras que pretende impor no relacionamento bilateral com a China, Portugal tem conseguido evitar uma postura política “moralizadora” e pugnado por se reposicionar como ponte entre Bruxelas e Pequim, ao mesmo tempo que tenta salvaguardar os interesses nacionais no seu relacionamento com a China, que envolvem, não apenas, temas do domínio económico-financeiro, mas, também, importantes questões geoestratégicas. A concorrência de outros Estados-membros da UE, igualmente interessados num relacionamento privilegiado com esta grande potência asiática e a segunda a nível mundial (em especial, os países periféricos do sul e do leste europeu, onde a China tem já uma presença significativa, mas, igualmente, algumas das grandes potências europeias, como a Alemanha e a Grã-Bretanha, hábeis na defesa dos seus interesses e nalguma dualidade de posições), constitui um *leit-motiv* para

Portugal aproveitar condições específicas favoráveis a um relacionamento bilateral mais profícuo e consistente, sobretudo, quando as conjunturas nacional e internacional aconselham uma diversificação das interdependências, um maior pragmatismo nas relações externas e uma maior abertura à segunda maior economia do mundo.

Em plena crise económica, mesmo contra as pressões de Bruxelas, Portugal decidiu abrir as portas de sectores estratégicos nacionais à penetração chinesa, facilitou a entrada e o estabelecimento de cidadãos chineses no seu território (*Vistos Gold*), mediante requisitos economicistas, obviando uma abordagem negativa de temas politicamente irritantes para Pequim e mostrando vontade de cooperar com a China em países e regiões, nomeadamente, através do “passaporte” da língua portuguesa e do conhecimento que detém dos respetivos contextos estruturais.

Tradicionalmente, a política externa de Portugal para a Ásia esteve bastante condicionada, não apenas pela questão de Macau, no tocante à China, mas também por causa de Goa, com respeito à Índia, e Timor-Leste, no tocante à Indonésia. Três casos distintos resultantes do seu legado histórico, que deixaram um fortíssimo lastro, com consequências estruturantes no conjunto das opções estratégicas da política externa portuguesa para a região Ásia-Pacífico.

Os efeitos da globalização, com todos os seus desafios e ameaças, a emergência de novas potências, as alterações profundas da conjuntura mundial e da respetiva balança de poderes, a defesa do multilateralismo em detrimento de um mundo unipolar, a dependência *versus* interdependência, os incontornáveis avanços científicos e tecnológicos, os requisitos de segurança, a necessidade imperiosa de recursos para a sobrevivência das nações e o bem-estar das populações, contribuíram para a formulação dessa opção estratégica de Portugal, para uma mundivisão mais realista e para uma perspetiva mais abrangente do seu papel no mundo. Acrescem, a todas estas considerações, as vicissitudes da construção europeia e da política interna portuguesa, em particular, as decorrentes da crise económica, financeira e da dívida soberana, desencadeada em 2008, e que obrigou à assistência financeira externa da *troika* para retirar o País da bancarrota.

Em semelhante situação, a região da Ásia-Pacífico e, em particular, a China (pelo seu poderio económico e demográfico), representavam para Portugal uma opção estratégica que permitia a diversificação do seu relacionamento externo – muito dependente das relações intraeuropeias (UE) e transatlânticas (EUA) -, uma ampliação dos seus mercados internacionais e das suas fontes de captação de investimento direto, bem

como uma extensão das suas áreas de influência, com efeitos multiplicadores noutras regiões de acentuada e mais tradicional presença portuguesa, de que são exemplos a Europa, a África ou a América Latina, aqui, onde o Brasil tem tido uma influência hegemónica.

Nos últimos anos, o desempenho de Portugal no palco internacional tem confirmado a sua apetência por um maior protagonismo, superior, até, à dimensão e importância do país, e às suas vantagens comparativas, designadamente, nos domínios económico, financeiro e demográfico. Membro da NATO, da UE, da OSCE, do Conselho da Europa, da OCDE, da OMC e de muitas outras OPs; eleito por três vezes membro não-permanente do Conselho de Segurança e uma vez como presidente da AG das Nações Unidas; participante ativo das missões de paz da NATO e das Nações Unidas, em várias regiões e países do mundo; fundador, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); membro da Organização dos Estados Ibero-Americanos; sede do Centro Norte-Sul; com várias figuras em altos cargos internacionais, como o ex-presidente da Comissão Europeia (Durão Barroso), os atuais secretário-geral das Nações Unidas (António Guterres), o presidente do Euro-grupo (Mário Centeno) e o diretor da OIM (António Vitorino), Portugal, como parte interessada no redesenhar dos equilíbrios mundiais, vem assumindo uma postura mais pró-ativa e construtiva na presente conjuntura internacional, caracterizada por fortes incertezas e acentuada imprevisibilidade.

Poderia dizer-se que, quando Portugal aderiu à União Europeia, em 1986, e rompeu com a velha política imperial, fixou, de forma inequívoca, a sua postura política e as suas prioridades estratégicas no plano internacional, como uma média potência de vocação global. Com base nessa postura, norteada pelos princípios da civilização ocidental e pelas suas próprias cultura e história, as responsabilidades pela manutenção da paz e segurança internacionais, o estado de Direito, o respeito pelos Direitos Humanos, a cooperação, o desenvolvimento, a promoção da língua portuguesa e o valor estratégico da lusofonia, o crescimento e a internacionalização da economia portuguesa, a importância dos mares, a proteção do ambiente, mas, sobretudo, um diálogo construtivo com todas as partes, têm assumido carácter prioritário na agenda da política externa portuguesa.

A visão política de Portugal sobre a relevância crescente da Ásia-Pacífico – onde a China ocupa lugar de destaque – veio completar, assim, essa perspectiva de média potência de vocação global, em sintonia com a atual tendência de deslocação do centro de gravidade do poder mundial para essa região.

Os atuais desafios e ameaças que se abateram sobre a sobrevivência da NATO e da própria UE, por virtude dos choques que se têm vindo a produzir nas relações transatlânticas, com a nova administração Trump, e na convivência e coesão intraeuropeias, particularmente enfraquecidas pelas pulsões nacionalistas e por uma viragem à direita de certas forças políticas no interior de alguns Estados-membros, mais terão acentuado esta visão política de Portugal sobre os benefícios de uma aproximação estratégica consistente à Ásia-Pacífico.

2 – Contextualização das relações luso-chinesas

Na cultura milenar chinesa, mesmo estruturalmente fragmentada, mas filosoficamente harmonizada, a noção de tempo e a sua consonância com a execução de uma determinada estratégia, para atingir fins específicos, não são exatamente as mesmas que as do mundo ocidental, muito mais recente, miscigenada e díspar, e mais rápida e imediatista na prossecução dos seus logros.

A paciência, o equilíbrio e o racionalismo, marcam presença no pensamento filosófico chinês, pelo que a sua diplomacia se rege por essas premissas, e pelo realismo e pragmatismo, sempre ponderados em função das diversas conjunturas com que se defronta e da estratégia desenhada. A atuação táctica que daqui resulta tanto pode ser de oposição e resistência, como de uma maior capacidade de resiliência e destreza, em função dos interesses nacionais que persegue e dos obstáculos que se lhe apresentam. Com uma visão de longo prazo, estas características do pensamento chinês adequam-se bem à sua estratégia e estão presentes no funcionamento do seu “*soft power*”, onde se percebe um misto de tolerância, de sagacidade e de “*hard power*”.

Não será por isso de estranhar, que os investidores chineses (suportados pelo próprio Estado ou sendo o Estado chinês o único protagonista), pareçam aceitar o jogo da concorrência, procurem ganhar pontos pela sua melhor oferta e optem, até, por não alterar o *status quo* das empresas que adquirem em países estrangeiros, tecnológica e administrativamente mais avançados, evitando uma ruptura interna e uma “dança de cadeiras” que, no imediato, lhes pudesse ser útil. Regra geral, adequam os seus projetos às necessidades dos países com que cooperam, não entram em litígio com as regras nacionais, evitando a confrontação mas sem perder de vista os seus objetivos, e mantêm a estrutura administrativa pré-existente, com o duplo objetivo de obterem conhecimentos de gestão

mais inovadores, que possam internalizar, e de evitarem fraturas e sentimentos de crispação, respeitando a cultura local e a natureza própria dos mercados.

Esta prática não é alheia ao facto de as entidades chinesas, que têm feito aquisições e investimentos na Europa, estarem totalmente subjugadas à estratégia política do Estado, o que também explica a escolha criteriosa dos sectores económicos estratégicos em que o investimento da China tem feito ato de presença.¹

É igualmente perceptível na estratégia da China a tática de fasear as suas políticas de intervenção na esfera internacional, em especial, no que concerne ao desenvolvimento das relações bilaterais e seu conteúdo, ao destino dos seus investimentos, bem como na criação de plataformas de suporte e difusão extraterritorial dessas mesmas iniciativas, estando tudo isto relacionado com a dinâmica do seu próprio crescimento interno e com a satisfação das necessidades socioeconómicas que o mesmo impõe.

O *soft power* da China, utilizado em todos os domínios que envolvem a divulgação da sua história, da sua cultura e do sucesso do seu rápido sucesso económico, o aproveitamento das comunidades chinesas no exterior e a cooperação para o desenvolvimento, visam aumentar o prestígio do país, vencer a resistência de potências pouco afins ao poderio chinês e contrabalançar a influência das grandes potências ocidentais, apresentando-se como uma alternativa de poder.

Trata-se, em suma, de uma estratégia global, que, em termos geoestratégicos, determina a expansão do poder marítimo chinês, desde os mares da China até ao Báltico, a contenção de potenciais opositores e competidores (ex.: EUA, UE, Índia, Japão e Austrália), a redução da margem de manobra político-diplomática de Taiwan, o desenvolvimento dos países pobres, como factores de equilíbrio entre os EUA, a Europa e os países do sul, e o fortalecimento do papel que Pequim pretende desempenhar como grande potência mundial, propulsor do multilateralismo, mediador num mundo multipolar e alternativa para o desenho de uma nova ordem mundial.

Analisando a evolução do relacionamento luso-chinês verifica-se que o mesmo tem estado submetido a este tipo de enquadramento, essencialmente marcado por Pequim e pelos seus desígnios estratégicos de poder, muito mais do que por uma estratégia bem delineada e alicerçada da política externa portuguesa. Todavia, deve referir-se que a ausência de traumas ou complexos do passado ajudou na criação de um clima de

¹ “*How China is Buying its Way into Europe*”, in www.bloomberg.com/graphics/2018-china-business-in-europe. Acesso a 15/06/18.

compreensão mútua e de um entendimento construtivo, com efeitos práticos no relacionamento político-institucional entre os dois países.

Neste contexto, começou a esboçar-se, em Portugal, na última década, uma visão mais realista do mundo multipolar e, conseqüentemente, uma nova estratégia da sua política externa que preconizava a diversificação das suas interdependências. Impunha-se, assim, uma atenção especial à região da Ásia-Pacífico, para onde se deslocava o centro de gravidade do poder mundial, com a China, em especial, a representar o grande motor dessa mesma deslocação. As vicissitudes da construção europeia e das relações transatlânticas, a emergência de novas potências, os desafios da globalização, os impasses da CPLP e as novas ameaças económicas, migratórias, nacionalistas e do radicalismo islâmico, constituíram uma chamada de atenção para a necessidade de Portugal rever a sua estratégia de política externa.

Durante anos e após a “devolução” da administração de Macau (1999),² as relações económicas entre Portugal e a China foram o reflexo de uma lenta e gradual retirada da presença portuguesa na Ásia. As razões que lhe estiveram subjacentes são múltiplas: a distância física dos mercados asiáticos, o custo dos transportes, o desconhecimento das línguas e das culturas, designadamente, em termos negociais, o enfoque da política portuguesa no processo de integração europeia, na evolução da Aliança Atlântica e nas relações com os países de língua oficial portuguesa (CPLP), e a tradicional apetência dos empresários portugueses por uma intervenção dirigista do Estado (e suas agências) na promoção da economia e do comércio externo, evitando riscos.

Facilitado pelo sucesso que foi a transferência da administração de Macau para a China, do ponto de vista político, Portugal tem mantido relações cordiais e amistosas com as autoridades da República Popular da China, reafirmadas na fundação, em 2000, da Associação de Amizade entre a China e Portugal, na troca regular de visitas de Estado e de altos dignitários portugueses e chineses, e expressas, também, numa postura portuguesa mais flexível relativamente a temas de grande sensibilidade para Pequim, igualmente no quadro da política externa europeia.

Porém, a sintonia luso-chinesa sobre determinados interesses estratégicos e pontos de vista, e os comunicados elogiosos e calorosos de ambas as partes, raramente ultrapassavam a natureza circunstancial dos eventos, sem reflexos substantivos numa

² Nos termos da Declaração Conjunta, Portugal tem uma responsabilidade residual no território de Macau até 2049.

relação bilateral mais vantajosa, consistente e promissora. A grande viragem no relacionamento bilateral luso-chinês verificar-se-ia já em pleno século XXI, em especial, a partir de meados da primeira década, quando a China era já membro da OMC, fazia parte do agrupamento BRIC³ – a que pertencia o Brasil –, as relações bilaterais com a UE se tornavam mais intensas, e se distanciava, cada vez mais, das economias desenvolvidas do G7 em relação ao mundo em desenvolvimento, em que a África e a CPLP, em particular, merecia especial atenção. Esta viragem seria reforçada quando a Europa se viu confrontada com a crise económica e financeira, que atingiu fortemente Portugal, e quando os EUA, desafiados globalmente por diferenciados inimigos e opositores – que já não a Rússia –, decidem desinvestir na sua tradicional estratégia política transatlântica e privilegiar a segurança interna e a sua posição na Ásia-Pacífico.

Por efeitos da globalização e por razões atinentes ao seu próprio processo de desenvolvimento, e ao seu estatuto de potência emergente, a China perspetivou as vantagens que poderia retirar do legado linguístico, cultural, social e relacional da histórica presença portuguesa em Macau, tendo estabelecido, em Setembro de 2003, o *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial com os Países de Língua Portuguesa de Macau*, como instrumento da sua penetração em África, designadamente, na antiga África portuguesa, da sua aproximação ao Brasil – à época, também uma potência emergente, membro dos BRICS e da Comunidade Ibero-Americana de Nações –, da sua expansão marítima para o Índico e o Atlântico, e da concorrência mundial com outras grandes potências.

Ao instituir este Fórum em Macau, a China deu um sinal claro de que estava isenta de complexos da antiga “ocupação” portuguesa, utilizando-a, pelo contrário, para tirar partido da língua portuguesa comum aos países onde pretendia penetrar, a nível económico; para projetar a imagem de uma nação apoiante dos países em desenvolvimento, disponível para investir e ajudar esses países em dificuldades, sem a arrogância muitas vezes manifestada pelas grandes potências ocidentais; e para se mostrar como uma potência aberta ao mundo, cosmopolita, tolerante e mercantil.

O estabelecimento da Parceria Estratégica Global entre Portugal e a China, em 2005, constitui o marco da grande viragem no relacionamento bilateral entre os dois países, abrindo a via para o incremento do comércio bilateral, da cooperação em distintos domínios e da presença chinesa em vários sectores da economia portuguesa. Uma presença que se acentuou, significativamente, na sequência da crise desencadeada em 2008, e que

³ Mais tarde, com a admissão da África do Sul, em 2011, a sigla passou a ser BRICS.

tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos, nomeadamente, através da compra de ativos em empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa (eletricidade, distribuição de águas, energias renováveis, banca, seguros, saúde, imobiliário e comunicações), do investimento em diversas atividades económicas, culturais e artísticas, do incremento turístico, do crescimento da comunidade chinesa residente em Portugal (a 5ª maior, com cerca de 25.000 residentes, equivalente a 5,50%), e das ligações aéreas diretas entre os dois países, recentemente estabelecidas, o que poderá contribuir para uma maior aproximação entre os dois povos e para uma maior pujança do turismo e dos negócios bilaterais.

Em 2012, Portugal foi o principal destino do investimento chinês na Europa; paralelamente, a China colocava-se entre os dez principais parceiros económicos de Portugal. Nesse mesmo ano, o governo português decidiu criar o “*Golden Visa*” destinado a facilitar a autorização de residência temporária de cidadãos estrangeiros, em Portugal, ligados a atividades empresariais e a investimentos externos, o que facultou o crescimento do investimento de origem chinesa no País e, a reboque disso, a compra de imobiliário.⁴

Estima-se que, até à data, os investimentos da China em Portugal, quer estatais, quer privados, totalizaram 9 biliões de euros. A tendência está em aumento, sobretudo, quando se sucedem novas propostas chinesas de aquisição de empresas portuguesas, designadamente, nas áreas das infraestruturas, dos transportes e da logística, indiciando uma nova fase da estratégia da China no capítulo dos seus investimentos externos em Portugal.

Desde 2011, com o início da privatização da EDP - de que a China é já detentora de 28,25% -, que o investimento chinês em Portugal tem vindo a aumentar, direcionando-se, sobretudo, para sectores estratégicos da economia nacional. Se bem que inserido na dupla estratégia chinesa “*Go West*” e “*Go Global*”, este investimento da China, mais direcionado para aquisições e fusões de empresas fora do país, teve como grande objetivo internalizar vantagens económicas evidentes, dado o seu grau de desenvolvimento económico e as exigências sociais, tecnológicas e de técnicas de gestão que o mesmo vem colocando. A crise financeira que então se vivia em Portugal e a sua urgente necessidade de liquidez, constituiu uma janela de oportunidade para o investimento chinês e os seus desideratos. Apesar da sua dimensão, este investimento não foi gerador de emprego.

⁴ Em 2014, Portugal foi o 3º mercado imobiliário europeu que atraiu maior investimento chinês, graças às vantagens ambientais, de segurança, negociais e, claro, às facilidades oferecidas pelos vistos “*Gold*”.

Nos últimos anos, Portugal tornou-se o 4º maior destino do investimento chinês na Europa. A procura de tecnologia, de valor acrescentado e de qualidade de gestão, tem determinado a estratégia de investimento da China em Portugal (e nos demais países europeus), em linha com a estratégia global chinesa de internacionalização das suas empresas, de acesso a novas tecnologias e a técnicas inovadoras e mais avançadas de gestão. Neste sentido, as áreas de investimento chinês em Portugal correspondem ao interesse nacional chinês.

Enquanto assim acontece na Europa, em África ou na América Latina, a estratégia da China tem sido determinada, fundamentalmente, pelos recursos naturais. Mas estas duas estratégias somam-se e complementam-se na procura e expansão de mercados suscetíveis de contribuir para o crescimento da economia chinesa e para garantir a estabilidade político-social interna.

É no comércio bilateral com a China que o cenário é menos fulgurante, dado o deficit da balança comercial de Portugal, numa relação de 1,5% de exportações para 3,0% de importações.⁵ A presença empresarial portuguesa no mercado chinês tem números inexpressivos, apesar de, nos últimos anos, ter havido algum progresso com a instalação de empresas portuguesas naquele território, nos sectores automóvel, farmacêutico, mineral, do cimento e alimentar. Para além da escassez de recursos, da pequena dimensão das empresas portuguesas, da insuficiente iniciativa dos empresários portugueses para se lançarem num mercado desconhecido, complexo, com regras e uma cultura comercial muito diferentes, e da tardia atenção dos governos portugueses relativamente à Ásia, as barreiras da China com relação ao investimento direto estrangeiro, têm constituído poderosos obstáculos para que esta presença portuguesa na China tenha maior expressão.

Pequim decidiu pôr em marcha o processo de integração económica da zona do Delta do Rio das Pérolas, no sul do país, através da criação do projeto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Este projeto, que se insere na estratégia nacional da China, abrangendo nove cidades da província de Guangdong e as duas regiões administrativas de Hong-Kong e Macau, com uma população de 66 milhões de habitantes, poderá constituir um valioso instrumento de acesso ao mercado chinês. Uma vez mais, tem cabido a Macau funcionar como polo de atração e de captação de empresas portuguesas, sobretudo das *start-ups*, pelo que já existem várias campanhas nesse sentido.

⁵ Dados do INE para 2017.

Também no domínio da língua portuguesa se tem vindo a acentuar a expansão do seu ensino na China, onde já existem trinta universidades com essa valência. Porém, são apenas cerca de 3000 os alunos chineses que, presentemente, dela beneficiam, sendo certo que existem problemas estruturais e de planificação que não propiciam um maior crescimento no ensino da língua portuguesa, nomeadamente, o facto de ela pertencer ainda ao grupo de línguas estrangeiras “pouco utilizadas”. O potencial de crescimento é grande, tendo em conta a estratégia extraterritorial da China, a sua demografia e a função da língua portuguesa como veículo de penetração e comunicação em vários países de África, da América Latina, da Ásia e na respetiva diáspora espalhada pelos quatro cantos do mundo (255 milhões de pessoas).

Note-se que a sustentabilidade da penetração económica chinesa nesses países passa, em grande medida, pelo vector da língua portuguesa, amparada, assim, pelo seu valor instrumental enquanto meio de comunicação, de formação profissional e em oportunidades de negócios. Não é despidendo referir a estratégia que o AICEP tem vindo a desenvolver, no sentido de “casar” empresas portuguesas com investimentos chineses em África, conjugando, assim, o *know-how* de Portugal sobre as realidades locais africanas com os recursos financeiros chineses.

No que respeita ao ensino do mandarim em Portugal, existem Institutos Confúcio nas Universidades do Minho, Lisboa e Aveiro, com cerca de 1500 alunos, numa dinâmica que tende a acompanhar o clima de estreitamento das relações luso-chinesas e a crescente importância da China no cenário mundial.

De realçar, também, o aumento da presença diplomática portuguesa na China. Para além da embaixada em Pequim, foram abertos três consulados-gerais em Cantão, Macau e Xangai, e um consulado honorário em Hong-Kong.

Apesar dos avanços, ainda subsistem lacunas no domínio das relações bilaterais multidisciplinares. As dezenas de instrumentos de cooperação, em vigor, a variedade de sectores e instituições que os mesmos abarcam e os esforços em fazer de Macau uma ponte para a penetração portuguesa na China, ainda não atingiram o seu ponto ómega. Os escassos progressos e o lento desenvolvimento do Observatório da China – Associação para a Investigação Multidisciplinar de Estudos Chineses em Portugal, criado, em 2005, pelo voluntarismo de algumas personalidades interessadas no conhecimento, compreensão e derrube das barreiras existentes, atesta também essa fragilidade, que é eminentemente política.

Sobre a vontade política de Portugal neste domínio, sem um conceito estratégico nacional, poder-se-á dizer que não tem assistido aos governos portugueses uma verdadeira estratégia no seu relacionamento com a Ásia, em geral, e com a 2ª maior economia do mundo, em particular. Na realidade, um relacionamento bilateral a que também tem faltado a necessária ligação entre a Parceria, o seu modelo de funcionamento e os investimentos chineses no País.

Condicionado pelas perspetivas europeia e norte-americana no que respeita à China (e de outros países influentes da Ásia-Pacífico, como o Japão, a Austrália e a Índia), em que os atritos percorrem praticamente todos os domínios do respetivo relacionamento bilateral, com acento tónico nas diferenças de regime, nas problemáticas políticas e territoriais relativas a Taiwan e ao Tibete, e nas derivas protecionistas chinesas, terá, porventura, faltado a Portugal uma visão mais pró-ativa e descomplexada nas suas relações com a China, ao deixar que a iniciativa pertença, quase exclusivamente, a Pequim, e que seja Macau, à mercê do pragmatismo e das diligências chinesas, o centro difusor das políticas e ações de cooperação entre os dois países, sejam elas de natureza bilateral ou tenham uma dimensão trilateral, no cobiçado espaço da lusofonia.

Apesar disso, refira-se que Portugal foi apontado, no quadro da UE (designadamente, pela Alemanha), como um Estado-membro que exerce uma força de bloqueio à aprovação de legislação europeia que contaria os desígnios de Pequim, nomeadamente, no que respeita aos investimentos chineses em sectores estratégicos da Europa ou às barreiras da China, quer no comércio bilateral, quer no investimento direto europeu. A realidade é que a necessidade de fluxos de capital para a recuperação da economia portuguesa, em plena crise, não aconselhava outra disposição.

A maior parte das aquisições chinesas em sectores estratégicos da economia tem sido feita nos países europeus periféricos, como Portugal, Grécia e Chipre, económica e financeiramente mais fragilizados.

É de salientar que, Estados-membros da UE, que têm pugnado por uma política europeia mais restritiva relativamente à China e pela imposição de regras mais conformes a essa política, também não fecharam as portas aos investimentos chineses. A França, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Itália e a Holanda (e, também, a Suíça), estão entre os países que maiores investimentos chineses acolheram na última década. Mais de metade dos investimentos chineses conhecidos concentra-se nas cinco maiores economias europeias. Só a Grã-Bretanha concentra 70% desses investimentos.

Em suma, é a Europa que detém a “parte de leão” dos investimentos chineses no mundo, tendo em conta os mecanismos restritivos existentes, quer nos EUA, quer na Austrália.

A 20^a cimeira UE-China que acaba de se realizar em Pequim (julho de 2018) deve proporcionar um novo clima mais favorável a uma cooperação bilateral mais consistente e a uma maior facilitação do comércio e do investimento entre as partes, como resposta aos desafios lançados por Trump, tanto à China, como à UE, que classificou de inimigos dos EUA e relativamente aos quais desencadeou uma guerra comercial. Este clima de animosidade da grande potência mundial só pode ser gerador de uma perspectiva recíproca mais favorável das relações entre a UE e a China, facilitando o derrube de algumas barreiras que ainda funcionavam bilateralmente.

Poderia dizer-se, mesmo, que Trump, com a sua manifesta hostilidade, empurrou a UE para os braços da China, e vice-versa.

Neste contexto, importa, também, mencionar as deliberações adoptadas no 19^o Congresso do PC chinês, em 2017. Elas são bem claras quanto à estratégia chinesa no domínio político-económico, já que estabelecem um maior reforço do poder central, paralelo ao exercício de maior controlo por Pequim a todos os níveis e sectores do país. Essas deliberações determinam: o rápido crescimento da China deverá transformar-se num desenvolvimento de alta qualidade; o seu novo modelo, assente na redução da pobreza, na economia da inovação, na agenda verde e consequentes oportunidades para a cooperação internacional mais durável, justa e equitativa, influenciará o mundo. Isto significa que, não apenas, se produzirá um maior controlo do Estado a todos os níveis, como, também, a política externa de Pequim deverá adquirir contornos mais assertivos e de maior demonstração de poder.

É nesta conjuntura, que as relações bilaterais Portugal-China se irão desenvolver, o que impõe a Lisboa uma agenda política bilateral mais consistente e com maior conteúdo substantivo, mas, também, uma perspectiva mais assertiva, mas mais cautelosa, no que respeita aos ditames políticos e aos interesses estratégicos do Estado chinês.

Face a uma nova ordem económica mundial, cujo principal motor se situa no extremo oriente, onde vive a maior parte da população, simultaneamente, mais jovem, dinâmica, com crescente capacidade de compra e de adaptação a novas e mais inovadoras tecnologias, susceptível de suplantarmuitos dos países ocidentais, as relações de Portugal com a China, se bem geridas, podem oferecer grandes oportunidades em todos os

domínios do desenvolvimento do País, quer no plano interno, quer no âmbito regional e internacional, mais vasto.

Para tanto, Portugal deverá desenvolver esforços diplomáticos que lhe permitam enquadrar-se, estrategicamente, no mar e em terra, nos planos de expansão chinesa, situando-se como centro de difusão de mercadorias, para outras grandes cidades europeias, e de conhecimento e tecnologias, para países em desenvolvimento noutros continentes.

Se a posição cimeira que a China conseguiu alcançar em Portugal, por via dos seus investimentos estratégicos, se deveu, em grande medida, a uma urgente necessidade de Portugal equilibrar a sua debilitada economia, ela contribuiu, também, para que Portugal encontrasse uma via alternativa para a sua estratégia de diversificação das suas interdependências e de afirmação internacional. Não foi por acaso que o presidente da República, Marcelo Ribeiro de Sousa, resolveu afirmar, em finais de 2017, que o relacionamento luso-chinês “atravessa, porventura, o seu melhor momento”. Também o embaixador da China em Portugal declarou, na conferência internacional *Financing Belt and Road*, no ISEG (março, 2018), que as relações bilaterais luso-chinesas estão a atravessar “o melhor momento da história”.

No mesmo espírito, aquando da recente visita da ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, à China, Pequim decidiu estabelecer a “Parceria Azul”, que visa colocar Portugal no mapa da globalização chinesa, a que, a título simbólico, se seguiu a homenagem da China à ministra portuguesa do Mar, a quem foi atribuído o título de “Embaixadora Global dos Oceanos”, no Dia Mundial dos Oceanos (2018).

Note-se, também, que estas grandes mudanças na ordem internacional, desencadeadas, sobretudo, pela administração Trump, foram, sucessivamente, acompanhadas de encontros multilaterais cimeiros que, mesmo indiretamente, se poderão repercutir na posição internacional de Portugal e no seu relacionamento com a China. Para além da cimeira UE-China, já mencionada, e das suas consequências futuras em termos de aproximação bilateral, com Portugal incluído, refira-se a recente cimeira da CPLP, realizada em Cabo Verde (julho de 2018), cuja presidência rotativa será assegurada, nos próximos dois anos, por Angola (principal parceiro económico da China em África), e cujo Secretariado Executivo será dirigido pelo embaixador português, Francisco Ribeiro Telles.

Aqui chegados, é expectável que as relações Portugal-China entrem numa nova fase, que poderá revestir um diferente perfil a vários níveis, essencialmente, nos domínios

económico, financeiro, ambiental, oceânico, cultural e nas áreas das infraestruturas, das novas tecnologias, da ciência e da inovação.

3 – Macau, pedra angular do relacionamento luso-chinês

Macau tem sido um elemento fulcral de aproximação entre Portugal e a China, e de irradiação da influência da China no mundo lusófono.

Na senda do clima bilateral amistoso proporcionado pela história comum e pelas especiais circunstâncias de Macau, Pequim decidiu transformar este pequeno território numa plataforma para a expansão da sua influência no mundo lusófono, e mais além. Uma influência que não se limita apenas a esse grande e peculiar espaço multicontinental, pluriestatal e pluriforme da lusofonia, mas que se estende além fronteiras e a outros mares.

Não obstante esta dinâmica expansionista da China a nível global, Macau prevalece como pedra angular do relacionamento luso-chinês e, em particular, do relacionamento da China com os países de língua portuguesa. Não é por acaso que, logo em 2003, Pequim tenha decidido criar o Fórum de Macau, como rampa de lançamento da China para a descoberta de novos mercados em países em vias de desenvolvimento e para o seu aprovisionamento de recursos essenciais ao seu progresso e aos seus desígnios de poder. Macau serviu, também, para a China dar ao mundo uma imagem de tolerância e de convivência pacífica com outras culturas e civilizações, que servisse de antídoto aos receios de muitos países - até da sua vizinhança -, perante o aumento do seu poder e dinâmica expansionista.

Macau transformar-se-ia, assim, para Pequim, num útil e valioso instrumento de *soft-power*, de alcance global.

Macau e a China (maior produtor de bens) situam-se no vértice cimeiro do triângulo estratégico chinês, com ligação, por um lado, a Portugal e à Europa (principal consumidor de produtos de alta qualidade e produtor de alta tecnologia) e à África e América Latina, por outro, por via da CPLP (cujos países membros são provedores de matérias primas e recursos energéticos, com um mercado promissor).

Para a China, Macau possui três longas pernas que, através da sua conexão com Portugal, ligam o território à Europa, à África e à América Latina, seja por terra, seja por mar.

As relações da China com a UE, intensificadas a partir do momento em que a China aderiu à OMC (2001), têm-se revestido de alguma complexidade, dadas as divergências em domínios políticos sensíveis, atrás referidos, não obstante os importantes instrumentos bilaterais que as estruturam e promovem. Aos olhos de Pequim, Portugal surge como um dos interlocutores europeus privilegiados, que pode, não apenas, fazer contrapeso ao “núcleo duro” dos defensores de uma maior intransigência nas regras que a UE pretende impor no relacionamento com a China, como, também, pela sua maior ductilidade, contribuir para o enfraquecimento do papel da União, que Pequim continua a perspetivar como uma instituição internacional agregadora, dependente apenas da vontade política soberana dos seus membros. O diálogo “16+1”, nascido em Varsóvia em 2012 e que congrega dezasseis Estados da CEE, entre os quais onze países-membros da UE, enquadra-se nesta estratégia divisionista da China, especialmente, focada nos países do centro e leste europeu, mais resistentes aos ditames e às pulsões integradoras de Bruxelas. Uma estratégia que se tem estendido a países periféricos do sul da Europa, em dificuldades económicas, onde Portugal se insere.

Nesta perspetiva, a China tem privilegiado as relações bilaterais com os países-membros da UE, tentando evadir os poderes da Comissão, para não facilitar o processo de integração europeia ou, *a la limite*, contribuir para a própria implosão da UE. Face a tal atitude, vários analistas apontam para que esta estratégia, que tem vindo a ser prosseguida pela China, nomeadamente, no que toca ao esforço do investimento chinês em determinados países, sem obediência a regras de transparência e em sectores considerados estratégicos, fortalece as ideologias não liberais, contribuindo para a manutenção de poderes oligárquicos e para a corrupção. Para além dos efeitos desagregadores do *Brexit* na Europa, a política errática e imprevisível de Trump, a guerra comercial por ele desencadeada, a hostilidade contra a UE e a NATO, a inimizade para com a China, e as suas decisões relativamente ao ambiente e ao acordo nuclear com o Irão, acabariam por imprimir um novo alento e uma atenção redobrada da Europa relativamente à Ásia, observada, não apenas, como um parceiro comercial poderoso, mas, também, como uma alternativa de poder face aos riscos de desagregação das relações transatlânticas e de afirmação de poder da velha Rússia imperial. Nesta difícil conjuntura, também a China tenderá a encarar a Europa como um parceiro mais fiável, pacífico e atrativo, susceptível de contrariar as forças de resistência externa aos seus desígnios estratégicos e de, inclusivamente, poder contribuir para que alguns deles venham a ser alcançados. É neste

clima de grande turbulência e imprevisibilidade que tiveram lugar a Cimeira UE-China, em Pequim, e a Cimeira da CPLP, em Cabo-Verde, e se irão realizar a 12ª Cimeira da Ásia do Leste e a reunião do Fórum de Segurança Asiático, em Manila (novembro 2018), a que a UE estará presente, como convidada.

Importa ainda referir que na Cimeira da CPLP de Cabo-Verde, submetida ao lema “As pessoas. A cultura. Os Oceanos”, foram admitidos, como observadores, alguns importantes Estados europeus e latino-americanos, como a França, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e a Sérvia, a Argentina e o Chile. Este novo “compacto” de países observadores, que não esgota a lista de países e entidades sob o mesmo estatuto, naturalmente que reforça a CPLP e a sua dimensão multicontinental. Uma realidade que não escapará, decerto, aos desígnios estratégicos da China e à sua vocação de privilegiar esta Comunidade, designadamente, por via da “plataforma” de Macau.

Em todo este enquadramento, pode inferir-se que Portugal desempenha um papel não negligenciável nas relações entre a Europa e a China, entre a África e a China, e entre a América Latina e a China. Esse papel tem vindo a ser evidenciado através dos seus esforços diplomáticos, da valorização do seu património histórico e da sua posição geoestratégica, tanto no plano bilateral, onde uma nova política de diversificação das suas relações tem sobressaído com a abertura de novos horizontes em direção à Ásia-Pacífico, como no próprio âmbito da União, agora mais propensa a uma gestão mais favorável das relações com Pequim.

Importante fonte de recursos minerais e energéticos, com um mercado promissor e países susceptíveis de acolher favoravelmente a penetração chinesa, bem como as concepções da China sobre o desenvolvimento e a ordem mundial, a África surge como uma prioridade político-económica e uma possível aliada da sua estratégia de bloqueio das forças contrárias ao seu avanço (EUA, Europa, Índia, Japão e Austrália), e da sua alegada obrigação moral para a promoção de um desenvolvimento global, mais equilibrado e justo (na concepção chinesa, um desenvolvimento assente numa perspectiva de “*win-win*”).

Em 2006, Pequim publicou o Documento de Política da China para a África, que propunha estabelecer e desenvolver uma nova parceria estratégica com os países africanos. Três anos depois, em 2009, a China tornava-se já o maior parceiro comercial de África e, em 2014, o volume do seu comércio com o continente africano havia quadruplicado, em comparação com o ano de 2006.

Dentro desta estratégia africana da China, a África de língua Portuguesa, reunida na CPLP, assume especial relevo, em que o Fórum de Macau e a cooperação luso-chinesa têm servido de trampolim para a penetração chinesa nesses países. Uma estratégia que conjuga plenamente com os interesses portugueses.

Angola,⁶ em lugar cimeiro, mas, também, a Guiné-Bissau, Moçambique e, mais recentemente, S. Tomé e Príncipe, foram incluídos na “diplomacia energética” da China e tornados alvos preferenciais dos seus projetos de cooperação, investimento e comércio. Cabo Verde, um arquipélago sem recursos naturais, oferece a sua posição atlântica estratégica, os seus portos e a futura Zona Económica Especial de S. Vicente, cuja edificação a China se propôs apoiar no quadro da “Nova Rota da Seda”. Cabo Verde pode favorecer ainda as necessidades energéticas chinesas, por via da empresa estatal ENACOL, onde a portuguesa GALP possui mais de 48%.

O estágio de desenvolvimento destes países, reunidos quer no Fórum de Macau, quer no Fórum para a Cooperação China-África, e a língua portuguesa, como veículo privilegiado de comunicação, proporcionaram à China um terreno fértil para os seus projetos de aproveitamento da divisão internacional do trabalho e da especialização vertical entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, em prol da economia chinesa e das suas ambições de liderança global.

A cooperação trilateral entre Portugal, a China e os países africanos de língua portuguesa, é, aliás, um tema que as autoridades portuguesas têm defendido recorrentemente junto dos seus homólogos de Pequim, com especial incidência, agora, no que respeita à “Nova Rota da Seda” e a uma nova fase mais avançada e moderna dos projetos de cooperação.

Na América Latina, o Brasil (onde 30% da Petrogal-Brasil – subsidiária da GALP – pertencem à China) foi, igualmente, incluído na “diplomacia energética” da China. Porém, a posição do Brasil - membro da CPLP, da Organização Ibero-Americana e dos BRICS -, como potência emergente, um poder hegemónico na região, uma forte influência no espaço da lusofonia, uma presença incontornável no Atlântico sul, um obstáculo às políticas de domínio dos EUA e da UE, e um imenso mercado, com fortes potencialidades no que respeita às novas tecnologias, à inovação e às energias renováveis, ultrapassa a questão candente das fontes de aprovisionamento de recursos, representando uma mais-valia para a estratégia de poder global da China. A crise por que atravessa o Brasil, na atualidade, não

⁶ Angola é o maior parceiro comercial africano da China e o seu principal fornecedor de petróleo, desde 2008.

anulou a importância estratégica deste país para a China, que continua a investir em áreas de relevância para a economia brasileira e latino-americana (energias renováveis e maquinaria para a indústria alimentar).

Na região Ásia-Pacífico, Timor-Leste, outro país-membro da CPLP, é uma importante fonte de recursos energéticos, altamente cobiçados pela Austrália. A sua posição geoestratégica faz deste país um alvo de particular interesse para a China, sobretudo, no que respeita ao domínio marítimo na região, altamente disputado, e à contenção das potências ocidentais e asiáticas que aí se lhe opõem. O recente acordo sobre a delimitação da fronteira marítima entre Timor-Leste e a Austrália facilitará, por certo, uma convivência frutífera entre Díli e Pequim.

Todos estes países, de geografia marítima em vários oceanos e situados em diversos continentes, tornaram-se alvos exponenciais da internacionalização da economia chinesa,⁷ em obediência à estratégia de acesso às fontes de abastecimento energético, de captação e fidelização de novos mercados, de aproveitamento da divisão internacional do trabalho, e da atração que pode exercer o seu modelo conceptual de Estado, através, designadamente, da cooperação para o desenvolvimento, da luta contra a pobreza, do investimento em projetos de premente necessidade para as populações locais, e da aquisição de empresas em sectores chave das economias nacionais.

O Fundo para a Cooperação e Desenvolvimento entre a China e os países de língua portuguesa, criado em 2010, tem funcionado como um polo de atração dos agentes económicos e reforçado o papel de Macau como “plataforma de serviço, de informação e de conhecimento” para a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa, já incluída na estratégia “Uma faixa. Uma rota”. Este Fundo, gerido em Macau, foi inicialmente dotado de 1.000 milhões de dólares, pelo Banco de Desenvolvimento da China.

Em 2016, Macau elaborou, pela primeira, vez um plano de desenvolvimento quinquenal cuja prioridade é a participação do território na iniciativa chinesa da “Nova Rota da Seda” e a construção da “plataforma de serviços” para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Entretanto, o presidente Xi Jinping anunciou a dotação de 78.200 milhões de dólares para projetos que integrem aquela

⁷ Em 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial de África. Em 2014, o volume do comércio da China com África quase duplicou, em comparação com 2006, ano em que, como já referido, Pequim publicou um documento sobre a estratégia da política externa da China para a África, onde propunha estabelecer e desenvolver uma nova parceria estratégica com os países africanos.

iniciativa, e a futura contribuição de 14.500 milhões de dólares adicionais para o Fundo da Rota da Seda, criado em 2014, destinado a financiar projetos de infraestruturas, e mais 8.700 milhões de dólares para ajudar países em desenvolvimento e organizações internacionais que participem na iniciativa. Para além destas dotações, os Bancos de Desenvolvimento da China e das Importações da China oferecerão empréstimos especiais até 55.000 milhões de dólares, para apoiar aquela iniciativa chinesa.⁸

Segundo diversas fontes, o ano de 2017 marca o reforço da posição de Macau, como “plataforma de serviços, de informação e conhecimento”, e como escalão privilegiado da cadeia de valor no relacionamento luso-chinês, designadamente através da introdução de novas áreas de cooperação, como sejam a ciência, a tecnologia e a inovação, a respetiva aplicação em sectores produtivos e nos domínios ambiental e marítimo, extensíveis aos demais países de língua portuguesa.

Portugal, por seu turno, tem defendido a cooperação nas áreas da educação, das infraestruturas e alimentar, para além dos domínios atrás enunciados.

4 – A “Nova Rota da Seda”

A iniciativa chinesa “A Nova Rota da Seda”, também conhecida por “Uma faixa. Uma rota” (“*One Belt One Road*”), anunciada pelo presidente Xi Jinping, em 2013, elevou o patamar das ambições geopolíticas da China na estrutura do comércio mundial e na hierarquia entre as potências. Esta iniciativa de inter-conectividade entre países e regiões, territorial e marítima, prevê seis corredores, em que um deles atravessa a massa territorial transeuropeia, ou Euro-Asiática (a Eurásia). Na vertente oceânica, tratar-se-ia de traçar a rota inversa à que Portugal percorreu nos séculos XV e XVI.

Esta iniciativa tem como objectivo anunciado um processo integrativo favorável a todos os intervenientes (“*win-win*”), através da construção de infraestruturas de transporte e de bases de produção e logística, ligando a China à Europa. A sua implementação apoiar-se-á: i) na cooperação para a produção internacional e ii) na cooperação em mercados de países terceiros, em que será combinada a capacidade de produção da China com a tecnologia avançada e os equipamentos de países desenvolvidos, para, em conjunto, desenvolverem os mercados de países pobres. Esta iniciativa, no epicentro da atual política

⁸ “*Nova Rota da Seda projeta Macau como ‘plataforma de informação e conhecimento’*”, Macauhub.21, novembro2017, in www.anrs.pt

externa chinesa, visa também reduzir os efeitos negativos da sua excessiva capacidade produtiva, facilitando a implementação das reformas internas necessárias para o estabelecimento de uma economia nacional mais estável e sustentável.

A dimensão, os custos e as ambições que presidem a esta iniciativa liderada pela China podem explicar, não apenas, o receio de muitos dos países participantes (cerca de 90) ou dos visados para nela participarem, mas, também, alguns atrasos, contratemplos e cancelamentos, entretanto, ocorridos em vários projetos. É, sobretudo, na Ásia – em que a tendencial hegemonia chinesa suscita grandes receios – que se fazem sentir as maiores objeções, como já aconteceu com o Paquistão, o Myanmar, o Sri Lanka ou a Malásia. Na Venezuela ou no Djibouti, os riscos políticos associados provocaram um retrocesso da China. Algum sucesso entretanto verificado pode ser atribuído a países desenvolvidos, como o Japão (que, paralelamente e em conjunto com a Índia, decidiu entrar em competição com a iniciativa chinesa, promovendo importantes projetos ferroviários e hídricos, quer a nível interno, quer mesmo em África) e alguns países europeus com economias mais frágeis, dada a partilha de interesses económicos com a China, apesar da persistência de um forte cepticismo quanto aos desígnios de Pequim e aos meios utilizados para cumprir a sua agenda estratégica de expansão da China à escala global, em especial, no que se refere à sua alegada não-ingerência e à sua atitude não-discriminatória de regimes políticos. A Alemanha, porém, é já um poderoso aderente a esta iniciativa, com a construção da via férrea que liga Dússeldorf ao *interland* chinês.

É por demais sabido que a estratégia chinesa relativamente à inclusão de pequenos países nesta iniciativa visa oferecer-lhes a possibilidade de aumentarem o seu poder estratégico e, desta forma, poderem contrabalançar outros poderes regionais, como a Índia, no sudoeste da Ásia, a Rússia e a UE, na Eurásia e nas Áfricas, e os EUA, nas Américas e nos Oceanos.

Em termos de financiamento, a China já dotou esta iniciativa de 70 mil milhões de dólares. A maior fatia coube ao Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII), que a dotou de 50 mil milhões de dólares, um financiamento feito por 57 países, entre os quais, Portugal, que formalizou a sua intenção de aderir ao BAII em março de 2015. Portugal é um dos países que assinaram o acordo constitutivo desta instituição, em junho de 2015, tendo subscrito 650 ações do seu capital, no valor de 61,6 milhões de euros. Deste total, 520 ações (correspondentes a 52 milhões de euros) são em capital não realizável; as restantes 130 ações são em capital realizável, ou seja, podem ser realmente investidos ou

injetados na economia. O seu pagamento é efetuado em cinco prestações no valor de 2,6 milhões de dólares, a vencer entre 2016 e 2019. O Brasil – membro da CPLP - é o nono maior acionista do BAI, com uma participação de 3.181 milhões de euros. A Alemanha, a França e a Grã-Bretanha, fazem parte do grupo dos dez maiores acionistas desta instituição financeira.

Se bem que as instituições bancárias, em que a China tem um papel preponderante, tal como o BAI, pretendam fazer face ao FMI e ao Banco Mundial, há quem diga que estas e outras instituições financeiras internacionais poderão, eventualmente, vir a ser chamadas a darem a sua contribuição, mesmo tendo em conta que os EUA, o Canadá e o Japão, representem uma força de bloqueio à iniciativa chinesa que está na sua origem.

Para além da problemática política envolvente, a questão do financiamento dos diferentes e ambiciosos projetos desta iniciativa é um dos aspetos que suscita forte apreensão, atendendo aos elevados montantes envolvidos, podendo vir a tornar-se um grave problema de endividamento ou de excessiva dependência dos países aderentes relativamente à China, sobretudo, quando os mecanismos de adesão e de implementação da iniciativa ainda só funcionam bilateralmente entre o país promotor – a China – e os países participantes.

As disputas nos mares do sul da China com alguns países membros da ASEAN e os interesses estratégicos de Pequim na Ásia avolumam estes receios, que se fazem sentir, sobretudo, na região da Ásia-Pacífico, apesar da adesão entusiástica de alguns parceiros, como as Filipinas ou Singapura.

Para conferir maior credibilidade e transparência à iniciativa, a China apelou aos países nela envolvidos para, mediante um tratado, desenvolverem um sistema jurídico internacional, criarem instituições e mecanismos de resolução de conflitos, e reconhecerem mutuamente a legislação estrangeira em casos judiciais. Estes países estão, igualmente, a ser encorajados para produzirem legislação relativa ao financiamento, às taxas alfandegárias, a transportes, direitos de propriedade intelectual, trabalho e contra-terrorismo, apropriada ao desenvolvimento da cooperação no seio desta iniciativa.⁹

O governo português já aderiu formalmente à iniciativa chinesa “Uma Faixa. Uma Rota”.

Estrategicamente, as autoridades portuguesas encaram esta iniciativa como uma oportunidade para valorizar politicamente Portugal, no quadro da UE, perante a tendencial

⁹ Fórum BRI (*Belt and Road Initiative*), Pequim, 4 de julho de 2018, in “Global Times”, en.people.cn

deslocação do centro de gravidade do poder europeu para leste e face às grandes potências europeias, como a Alemanha, a França e, até mesmo, a Espanha. Ela representa, também, o ensejo de fazer realçar a posição de Portugal frente aos EUA, em resposta às ameaças norte-americanas, quer no âmbito da NATO ou frente à UE, quer de reduzir a sua presença na base das Lajes, cobiçada pela China. Para além disso, ela permite a Portugal representar um papel de confluência estratégica entre a Europa, a África e as Américas, no centro da rota do Atlântico e à entrada do Mediterrâneo. Finalmente, a adesão de Portugal à iniciativa chinesa reforça a estratégia de diversificação das suas interdependências, onde o relacionamento luso-chinês assume especial relevância, favorecendo, ainda, a posição privilegiada do País nas vertentes geopolítica, geoestratégica e cultural, em conexão com o espaço da Lusofonia.

Como factores de relevo para o desenvolvimento desta estratégia política são apontados: i) a importância da ZEE portuguesa (3ª maior da UE, com 1.727.408 km²), que poderá duplicar, totalizando 3.877.408 km², se a candidatura para a extensão da plataforma continental for aprovada pelas NU, o que se traduzirá em grandes benefícios, quer em termos de recursos, quer no que respeita a rotas marítimas e a uma maior proximidade relativamente aos EUA e ao Canal do Panamá; ii) o elevado potencial da faixa litoral e dos portos portugueses no continente e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, em especial, dos portos de Sines (onde 8% da movimentação de contentores é proveniente da China), e da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, mesmo no centro do Atlântico (o qual pode vir a ser transformado numa grande estação de Gás Natural Liquefeito (GNL), principal combustível do transporte marítimo de mercadorias do séc. XXI); e iii) a centralidade atlântica de Portugal continental no que respeita à Europa, da Madeira relativamente a África, e dos Açores com relação às Américas, num contexto energético e de transporte de mercadorias de intensa mobilidade marítima e fluidez nas múltiplas rotas de trânsito.

Na sua visita à China (2016), o primeiro-ministro António Costa declarou que Portugal pode vir a ser a “porta de entrada” da iniciativa chinesa na Europa, na África e na América, e sugeriu que ambos os países, no quadro dessa mesma iniciativa, desenvolvessem uma cooperação triangular com os países de língua portuguesa, em especial, nas áreas da agricultura, das infraestruturas, da educação, da proteção ambiental e das energias renováveis. Nos horizontes do governo português, deveria abrir-se uma nova fase da cooperação chinesa com os países de língua portuguesa, até agora mais focada nos recursos energéticos e minerais, e no comércio, que tem acusado um crescimento exponencial. Esta

nova fase revestiria já a forma de uma cooperação triangular, proporcionando a Portugal os meios necessários para atender, com o seu *know-how*, às áreas de interesse vital para os países visados e para reforçar o seu papel no seio da CPLP.

Após mais de 500 anos de história das relações entre Portugal e a China, assinalados pela chegada dos portugueses a Cantão (1509) e pela criação da primeira “carreira global”, que ligava Lisboa, a Goa e a Macau, os dois países deverão reencontrar-se, agora, no Atlântico, com um novo projeto mais ambicioso e promissor, que se articula em torno da iniciativa chinesa a “Nova Rota da Seda”. Independentemente das considerações e decisões geoestratégicas de Portugal e da China, esta iniciativa poderá contribuir para valorizar o património cultural da lusofonia e para retirar vantagens da globalização, contemplar as diversas facetas e ponderações em torno da importância marítima dos países-alvo, reduzir as disparidades e assimetrias nacionais, e promover as áreas da ciência, da inovação, das altas tecnologias e das energias renováveis, vitais para o desenvolvimento sustentável dos países e para o equilíbrio mundial.

Nestes domínios específicos, não terão sido certamente ignorados, em Pequim, os avanços científicos e tecnológicos experimentados por Portugal nos últimos anos, reconhecidos e testemunhados a nível internacional, até pelo sucesso das duas recentes *Web-Summit*, que fizeram de Lisboa o “centro mundial” das inovações tecnológicas.

Inspirada nos avanços científicos e tecnológicos, na globalização que os mesmos facilitaram, na promoção do desenvolvimento e da conexão entre povos, países e regiões, e do incremento das trocas comerciais nos dois sentidos, através de uma rede de infraestruturas produtivas e de transportes, a iniciativa chinesa “*One Belt One Road*” pode retirar excelentes vantagens da adesão de Portugal e, conseqüentemente, da dupla fachada atlântica norte-sul, onde se situa a maior parte dos países de língua portuguesa. Tal como afirmou, recentemente, o ministro Augusto Santos Silva, Portugal está verdadeiramente empenhado em contribuir para uma nova “Rota da Seda Marítima”, designadamente, através do desenvolvimento das suas infraestruturas atlânticas, onde o porto de águas profundas de Sines, a sua localização estratégica na confluência entre o norte e o sul do Atlântico, à entrada do Mediterrâneo, e na frente de expansão marítima do Canal do Panamá, bem como a futura ligação ferroviária com Espanha, poderão constituir o ponto

fulcral de interseção entre as principais rotas terrestres e marítimas, e tornarem-se instrumentais para completar a iniciativa “OBOR”.¹⁰

5 - Um “Mar” de oportunidades

A agenda protocolar do Estado português do corrente ano de 2018 finalizará, em dezembro, com a visita a Portugal do presidente da República Popular da China. Esta será precedida pela visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, a Pequim, em outubro/novembro. As datas precisas destas duas visitas estão ainda por definir.

Entretanto, em maio, ocorreu a visita, a Lisboa, do ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, num périplo que incluiu a França e a Espanha, a caminho da Argentina, para participar no G20.

Como é habitual na diplomacia dos Estados, esta troca de visitas dos MNE’s chinês e português destina-se a preparar a visita de Estado de Xi Jinping, a Portugal, cuja agenda política não estará, ainda, fixada. Em todo o caso, mantém-se o seu carácter confidencial.

Entretanto, o ministro Santos Silva declarou à comunicação social que a visita a Lisboa do seu homólogo chinês foi muito proveitosa e aproveitou para anunciar a possibilidade de aumentarem as exportações portuguesas para aquele mercado asiático, pelo que estão ali em curso processos de inspeção sanitária, que facilitarão o desenvolvimento das exportações portuguesas para o mercado chinês, designadamente, de produtos agropecuários e alimentares. Anunciou, também, terem sido analisadas novas oportunidades de investimento de empresas chinesas em Portugal, nomeadamente, no sector industrial produtivo, e reiterou o interesse português em participar na “grande iniciativa desenvolvida pela China, conhecida como a Nova Rota da Seda”.¹¹

Neste meio tempo, o ministro português da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, fez uma visita a Macau (julho de 2018), onde declarou a vontade política das autoridades portuguesas em desenvolverem projetos culturais entre os dois países.

Prosseguem, entretanto, por via diplomática entre as duas capitais e com carácter confidencial, as negociações para as quase quatro dezenas de instrumentos bilaterais, que

¹⁰ Augusto Santos Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, discurso proferido na conferência “*Financing Belt & Road*”, ISEG, Univ. de Lisboa, 23/03/2018.

¹¹ jornaldenegocios.pt, notícia da Lusa, 18 de maio de 2018.

poderão vir a ser assinados por ocasião da visita de Estado de Xi Jinping a Portugal, e que foram propostos por ambas as partes.

Crê-se que estes instrumentos deverão cobrir, praticamente, todas as áreas sectoriais, designadamente, as áreas da cooperação jurídica, económica, financeira, cultural, científica, tecnológica, educacional, ambiental e da segurança. É ainda expectável que estes instrumentos bilaterais possam contribuir, com carácter cumulativo e de maior abrangência, para o aprofundamento da Parceria Estratégica Global, carente, até agora, de uma definição sobre os seus moldes concretos de funcionamento, designadamente, no que concerne à regularidade da reunião da Comissão Mista bilateral.

De interesse estratégico para Portugal, refira-se o mercado da China em expansão, com um número estimado de 600 milhões de consumidores pertencentes à classe média (a atingir em 2020), o mercado chinês de tecnologias já com alguma maturidade, os seus recursos naturais, o capital financeiro chinês e suas potencialidades, a integração regional da China e a sua capacidade de liderança económico-financeira na região (ASEAN, *Free Trade Area*, CEPA-China, Hong-Kong e Macau), a diáspora chinesa no mundo (com mais de 60 milhões de pessoas) e os custos de produção, na China, ainda relativamente competitivos, quando comparados com os custos de produção europeus.

Tal como se depreende das palavras do ministro Santos Silva, as autoridades portuguesas depositam grande expectativa no eventual anúncio de um investimento chinês significativo no sector industrial produtivo, tal como nas infraestruturas ferroviárias de ligação a Madrid e na conversão do porto de Sines numa plataforma portuária e logística, para o transporte marítimo e terrestre de mercadorias no eixo atlântico e de ligação aos *interland* europeu e chinês.

De superior interesse para a China, poderão apontar-se áreas, como as florestas, a agricultura, a pesca e os recursos minerais, designadamente, o lítio, de que Portugal é um forte expoente de produção a nível mundial. Também de interesse para a China, tudo aponta para que sejam as novas tecnologias, em pleno desenvolvimento, as potencialidades industriais, também em crescimento, e as facilidades marítimas, as infraestruturas portuárias, logísticas e de transporte, de ligação de Portugal à Europa - cujo mercado representa mais de 500 milhões de consumidores -, bem como à rede da diáspora de língua portuguesa (cujo total já referido é de 255 milhões de pessoas). Depois do forte investimento chinês no sector elétrico em Portugal, onde detém cerca de 28% da EDP (*China Three Gorges*) e 25% das ações da REN (*State Grid Corporation*), na banca, nos seguros,

na saúde, na distribuição de água e nas telecomunicações, poderá desenhar-se, agora, uma nova fase das relações bilaterais luso-chinesas, em que pontuam as infraestruturas de transporte,¹² as tecnologias de ponta, a ciência, o ambiente e o mar.

Para ambas as partes, a “Economia Azul” (“*Blue Growth*”) assume especial relevância, onde se incluem a chamada energia “azul” (energias renováveis), a aquacultura, os recursos minerais marítimos, a biotecnologia, as *start-ups* da nova economia marítima, a proteção ambiental dos Oceanos, os desportos marítimos, o turismo e as atividades de lazer. A “Economia Azul” ou a “Economia do mar”, em todas as suas vertentes e recursos, estarão presentes nesta nova fase da cooperação luso-chinesa, com extensão aos demais países de língua portuguesa.

De referir o interesse português na articulação da cooperação triangular luso-chinesa com os países de língua portuguesa e a “Nova Rota da Seda”, em particular no que concerne a projetos específicos em que estes países possam ser incluídos e representarem uma mais-valia. Estrategicamente, para Portugal, esta cooperação triangular reforçaria a posição do País no quadro da CPLP e da UE, enquanto para a China, essa extensão poderia permitir a realização dos seus desígnios da reunião do “corredor continental” com o “corredor marítimo”.

É neste contexto, que deve assinalar-se a recente reunião, em Pequim, do Grupo de Trabalho de Cooperação Empresarial em países terceiros e, no quadro desse evento, a realização da Comissão Económica Mista, cujo enfoque foi, precisamente, os países de língua portuguesa e a cooperação tripartida com estes países.

Macau, designado por Pequim, como “plataforma de serviços, de comunicação e de informação”, para a Ásia e para os países da CPLP, reveste especial relevância para a China. Contudo, a centralidade geográfica e geoestratégica de Portugal na bacia do Atlântico e à entrada do Mediterrâneo, no cruzamento da Europa, da África e das Américas, não pode deixar indiferentes as autoridades chinesas, tendo em conta o seu pragmatismo e a sua agenda global de poder. Importa ver, no entanto, se no delinear da sua diplomacia, a China estará disposta a pôr em prática projetos consentâneos com estes desígnios, o que implicará avultados investimentos e uma ajuda consistente, sobretudo, no que respeita aos países com menores recursos.

¹² A China apresentou, entretanto, uma proposta de compra da Lusoponte, que detém as pontes 25 de Abril e Vasco da Gama.

A participação de Portugal na iniciativa chinesa “Uma faixa. Uma rota” deverá merecer uma abordagem especial, em consonância com os interesses estratégicos da China, e com as declarações proferidas pelos responsáveis do governo português.

A guerra comercial que os EUA desencadearam com a China e com a Europa não será, certamente, alheia aos desenvolvimentos que vierem a verificar-se neste domínio. Porém, todas as decisões que, a nível bilateral, vierem a ser adoptadas no âmbito desta iniciativa dependerão da disponibilidade da China em injetar capital financeiro para a criação de infraestruturas produtivas, de transporte, logísticas, de oportunidades de negócio, de mais-valias, e outras, bem como das facilidades marítimas, portuárias, tecnológicas, científicas de gestão ambiental e de mercado, que Portugal entender proporcionar.

Contrariamente aos atuais planos chineses de fazer o transporte de mercadorias até aos grandes centros de consumo da China, através da ligação ferroviária que terminaria em Madrid, passando por outras grandes cidades europeias de primeira grandeza, Portugal defende que essas ligações ferroviárias culminem em Lisboa, donde divergiriam por terra ou por mar para outros destinos. A conseguir esse desiderato, durante as presentes negociações com a China, poder-se-ia considerar um verdadeiro compromisso histórico, que enriqueceria, em todas as suas dimensões, a iniciativa “Uma faixa. Uma rota”.

Dado o bom momento das relações bilaterais luso-chinesas e tendo em conta a turbulência e os riscos que apresenta a atual conjuntura internacional, as autoridades portuguesas estão convictas de que será divulgado um documento final com substância, em especial, no que se refere às perspectivas de aprofundamento das relações bilaterais.

É de supor que, no diálogo político entre as partes, não faltará também uma referência, mesmo que genérica, à cooperação no quadro multilateral, como tem sido habitual, que pode constar, inclusivamente, da declaração ou do comunicado final.

Temas sensíveis de manifesta atualidade, que poderão ser objeto de uma troca de impressões entre as duas delegações de alto nível, não faltam. Entre eles, contam-se: a reforma do Conselho de Segurança, de que a China é membro permanente, tendo em conta que o atual secretário-geral das Nações Unidas é o português António Guterres; a Convenção de Paris sobre o Ambiente, que tanta celeuma tem suscitado devido à autoexclusão dos EUA, e a que a China e a UE são particularmente sensíveis; o Acordo Nuclear do Irão, na sequência da rejeição do presidente Trump sobre a sua validade, e que tanto Portugal como a China defendem a continuidade da sua implementação; a

instabilidade no Médio Oriente, importante fonte de recursos energéticos, inserido num dos corredores da “Nova Rota da Seda”; a situação na península coreana, após a Cimeira de Singapura entre os presidentes dos EUA e da Coreia do Norte; os progressos da integração regional no quadro da ASEAN; a conjuntura político-económica no quadro da UE e da Euro-zona, com o *Brexit*, a problemática das migrações, o aumento da xenofobia e os nacionalismos a marcarem a agenda europeia; as normas tarifárias e o comércio internacional, “pedra de toque” nas relações comerciais entre a China, a UE e os EUA; a “nova ordem internacional” de Trump, após o seu recente périplo pela Europa e o seu encontro com Vladimir Putin, em Helsínquia (uma nova “*finlandização*”?); a CPLP e a situação política interna dos seus países membros, em particular, a questão candente do radicalismo islâmico em Moçambique; e o terrorismo internacional. Este vasto elenco temático daria corpo a uma agenda diplomática de elevada consideração, o que, por certo, contribuiria para conferir maior consistência política às relações entre Portugal e a China.

No que respeita ao relacionamento da China com os países de língua portuguesa (para além de tudo o que já se disse sobre o papel de Macau), não será de descurar o facto de as mais altas autoridades chinesas terem realizado, no ano transato (2017), várias visitas a países africanos da CPLP. Desconhece-se, no entanto, se a cooperação triangular com esses países, tal como sugerida por Portugal, designadamente no âmbito da “Nova Rota da Seda”, não estará já incluída na agenda político-diplomática chinesa, que será conhecida num futuro próximo.

Tendo em consideração a política da China com relação aos países da CPLP e, por ação de Pequim, o papel que Macau vem desempenhando nesse contexto, revestiria suma importância que Portugal pudesse incentivar a China a tornar-se candidata ao estatuto de Observador Associado e de Macau se candidatar, também, a Observador Consultivo da CPLP.¹³

A visita de Estado do presidente Xi Jinping a Portugal, no final do corrente ano, deverá nortear-se, no essencial, pelos interesses económicos e geoestratégicos dos dois países, sem que os factores culturais e a dimensão económica da língua portuguesa sejam negligenciados. É de prever que a iniciativa chinesa “Uma faixa. Uma rota” possa vir a assumir lugar de destaque, assim como a designada “Economia Azul”, em que ambos os países estão empenhados.

¹³ O Instituto Internacional de Macau já detém o estatuto de Observador Consultivo da CPLP.

Esperam as autoridades portuguesas que, dentro da harmonia que caracteriza o relacionamento luso-chinês, esta visita se traduza na elevação do patamar das relações bilaterais e numa maior interligação entre as economias dos dois países, com carácter mais inovador e produtivo.

Não será, por certo, negligenciável o facto de, no próximo ano de 2019, se cumprirem 510 anos da relação histórica entre Portugal e a China, bem como 40 anos sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. As celebrações previstas para essa efeméride farão parte da iniciativa o “Ano da China em Portugal”.

Nesta importante fase do relacionamento luso-chinês, o “Mar” - e, por analogia, os Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, que banham as costas dos dois países (Portugal e China) e dos demais países membros da CPLP – poderá revelar-se, na sua pluridimensionalidade, como um factor geoestratégico determinante do desenvolvimento económico e científico, da inovação tecnológica, do progresso e inter-relação entre os mercados, da conexão entre países e regiões, dos contactos entre as pessoas, da preservação ambiental, da segurança internacional e do equilíbrio entre as nações.

Referências bibliográficas

- AICEP - dados sobre o comércio e os investimentos bilaterais entre Portugal e a China, portugalglobal.pt
- Associação dos Amigos da Rota da Seda, www.anrs.pt
- Barreto, Luís Filipe – “*Portugal-China: Padrões de um Relacionamento Multisecular*”, Revista Militar, Lisboa, n° 2590, Nov. 2017
- Conclusões do *Fórum BRI (Belt and Road Initiative)*, Pequim, 4 de julho de 2018, in “Global Times”, en.people.cn
- Galinha, Pedro – “*China e Portugal: Dez Anos de Parceria Estratégica Global*”, hojemacau.com.mo/2017/12/28
- “*How China is Buying its Way into Europe*”, in www.bloomberg.com/graphics/2018-china-business-in-europe
- Ilhéu, Fernanda – “*A Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI: Os Países de Língua Portuguesa na Cadeia de Valor Global da China*”, www.anrs.pt
- INE, dados para 2017
- Jornaldenegocios.pt, notícia da Lusa, 18 de maio de 2018
- “*2017: A year of strengthening Macau’s role in China-Portuguese-speaking relations*”, macaue.com.mo/feature/2017
- Mendes, Carmen Amado – “*A Evolução das Relações Luso-Chinesas*”, Univ. de Coimbra, maio de 2018, politica-china.org
- “*Nova Rota da Seda projeta Macau como ‘plataforma de informação e conhecimento’*”, macaue.com.mo, novembro 2017, www.anrs.pt
- Pereira, Bernardo Futscher – “*Relações entre Portugal e a República Popular da China*”, IPRI, Lisboa, junho de 2006, ipri.pt
- Pereira, Tiago Bonucci – “*Ajuda Externa Chinesa. Breve História e Desmistificação*”, hojemacau.com.mo
- “*Relações UE-China*”, https://ec.europa.eu/portugal/news/reasons-eu-china_pt, junho de 2018
- Sá, Tiago Moreira de - “*China e Portugal: Dez anos de parceria estratégica global*”, run.unl.pt

- Santos Silva, Augusto, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, discurso proferido na conferência “*Financing Belt & Road*”, ISEG, Univ. de Lisboa, 23/03/2018
- “*Transport and Energy at the centre of expansion of Luso-China Relations*”, clubofmozambique.com, junho de 2018
- www.politico.eu/article/china-and-the-troika-portugal-foreign-investment-screening-takeovers-europe, junho de 2018
- www.xinhuanet.com/english/2017-07/13/c

